



SUMÁRIO

Introdução	15
Delimitação do objeto	19
CAPÍTULO 1 – Conceitos Essenciais ao Estudo do Processo Tributário	23
1.1. O processo tributário e o processo civil	25
1.2. A relação jurídico-tributária (obrigação tributária) como elementar da definição da espécie processo tributário	27
1.3. O conflito como fato jurídico	29
1.4. O processo tributário e suas espécies fundamentais	32
CAPÍTULO 2 – Conceitos Processuais Fundamentais	35
2.1. Jurisdição, ação, petição inicial, processo, procedimento e tutela jurisdicional: fixando e relacionando conceitos processuais fundamentais	37
2.2. Processo e angularidade: o contraditório	41
2.3. O “direito ao processo” como terceiro gênero	45
2.4. Pressupostos processuais de existência (“constituição do processo”): concepção a partir da noção de “direito ao processo”	49

CAPÍTULO 3 – Direito Tributário e Processualidade: o Processo na Fenomenologia de Positivação do Direito Tributário.....	53
3.1. Processo de positivação	55
3.2. Processo de positivação do direito tributário: panorama geral	57
3.3. Nascimento da relação jurídico-tributária (obrigação tributária).....	58
3.4. A questão das “modalidades de lançamento”	60
3.5. O particular caso do “autolancamento”: critéri definitivo para revisão da expressão “modalidades de lançamento”, substituindo-se-a pela noção de “instrumentos de constituição da obrigação tributária”	61
3.6. O contraditório e a ampla defesa administrativos: vislumbrando as primeiras contingências de processualidade no ciclo de positivação do direito tributário	64
3.7. Extinção da obrigação tributária como fato jurídico	67
3.8. Extinção da obrigação tributária no Código Tributário Nacional: algumas advertências sobre o plano da literalidade	69
3.9. Causas (“fatos geradores”) e veículos introdutores da extinção da obrigação tributária: explicitando sua distinção	71
3.10. Causas (“fatos geradores”) e formas lógicas de extinção da obrigação tributária	73
3.11. Veículos introdutores do fato jurídico da extinção da obrigação tributária e sua classificação: identificando a noção de processualidade no art. 156 do Código Tributário Nacional	74
3.12. Veículos processuais de constituição do fato jurídico da extinção da obrigação tributária: aprimorando sua análise pela noção de “contenciosidade”	76

CAPÍTULO 4 – Direito tributário e processualidade: o momento em que ocorre a provocação do Estado-juiz como critério de identificação das diversas possibilidades processuais-tributárias	81
4.1. Considerações iniciais	83
4.1.1. Identificação da noção de processo tributário (acepções 9 e 10, delimitação do objeto) antiexacional a partir das premissas lançadas nos capítulos anteriores	83
4.1.2. O problema da não-identificação da noção de processo tributário exacional a partir das premissas lançadas nos capítulos anteriores	84
4.2. O momento da provocação do Estado-juiz como elemento identificador das variáveis processuais tributárias	87
4.3. Modos antiexacionais de processualidade: intervenção do contribuinte no processo de positivação do direito tributário	89
4.4. Modo exacional de processualidade: o particular caso da atuação provocativa do Estado-fisco	92
CAPÍTULO 5 – Processualidade Administrativa	95
5.1. “Processo” e “procedimento”	97
5.2. Impossibilidade de processualidade administrativa antes da constituição da obrigação tributária: a especial qualidade do fato conflito para os casos de processo administrativo	101
5.3. O conflito e seu veículo constitutivo na “jurisdição administrativa”	103
5.4. “Jurisdição administrativa” versus “jurisdição judicial”: o problema da coisa julgada	108
5.5. “Processualidade administrativa” e “processualidade judicial”: confronto	109

CAPÍTULO 6 – Processualidade administrativa e judicial e suas relações	111
6.1. Considerações iniciais.....	113
6.2. Quadro de possibilidades: identificação das possíveis relações entre processo administrativo e judicial	113
6.3. Processo antiexacional judicial anterior à constituição da obrigação tributária (“ação declaratória”) <i>versus</i> processo administrativo	115
6.3.1. “Ação declaratória” anterior ao lançamento	117
6.3.2. Processo administrativo anterior à “ação declaratória”	121
6.4. Processo antiexacional judicial posterior à constituição da obrigação tributária (“ação anulatória”) <i>versus</i> processo administrativo	121
6.5. Processo exacional (execução fiscal) <i>versus</i> processo administrativo	129
 CAPÍTULO 7 – Tutela Jurisdicional Tributária	 137
7.1. Tutela jurisdicional.....	139
7.2. Tutela jurisdicional tributária	141
7.3. Tutela jurisdicional tributária: classificação fundamental (foco ejetor e forma)	142
7.4. Forma e conteúdo da tutela jurisdicional tributária	144
7.5. Tutela jurisdicional tributária: classificação das tutelas provenientes de processos antiexacionais (critério do esgotamento da jurisdição).....	146
7.6. O esgotamento da jurisdição como critério de interesse para (sub)classificar as tutelas judiciais	146
7.7. Tutela jurisdicional tributária “judicial”: comum e diferenciada	148
7.8. Tutela judicial diferenciada: subespécies (satisfativas e cautelares)	150
7.9. Tutela judicial diferenciada tributária	152

7.10. Tutela judicial diferenciada tributária satisfativa	153
7.10.1. Finalidade	153
7.10.2. Pressupostos	155
7.10.3. Veículo introdutor	156
7.10.4. Tutela diferenciada satisfativa: quadro geral	157
7.11. Tutela judicial diferenciada tributária cautelar	157
7.11.1. Finalidade	157
7.11.2. Subespécies	158
7.11.3. Pressupostos	159
7.11.4. Veículo introdutor da tutela cautelar: criação de um critério de subclassificação	160
7.11.5. Ainda o veículo introdutor: outra vertente para subclassificar a tutela diferenciada cautelar	162
7.11.6. Tutela diferenciada cautelar: quadro geral de possibilidades	164
7.12. Tutela judicial imprópria	165
7.13. Tutela tributária judicial: outra subclassificação	166
7.14. As tutelas diferenciadas tributárias (cautelar e satisfativa) no plano do direito positivo tributário	167

CAPÍTULO 8 – Processo Tributário: Classificação

8.1. (Re)definição de processo tributário	173
8.2. O direito material como fonte de classificação	174
8.3. Definição dos critérios (materiais) de classificação	175
8.4. O processo tributário a partir do critério da iniciativa	176
8.5. O processo tributário a partir do critério do foco ejetor da tutela jurisdicional	177
8.6. O processo tributário a partir do critério do tipo de tutela jurisdicional proporcionada	178
8.7. O processo tributário a partir do critério da eficácia da tutela jurisdicional em relação à obrigação tributária	181
8.8. O processo tributário a partir do critério do grau de especificidade da correlata jurisdição	187

CAPÍTULO 9 – Processo Tributário em Espécie	191
9.1. Considerações iniciais.....	193
9.2. Processo administrativo tributário	194
9.3. Processo judicial tributário	196
9.3.1. Processo judicial exacional	196
9.3.1.1. Execução fiscal	197
9.3.1.1.1. Considerações iniciais	197
9.3.1.1.2. O problema da “missão”	198
9.3.1.1.3. O problema do “pressuposto”	200
9.3.1.2. Medida cautelar fiscal	203
9.3.1.3. Execução fiscal e medida cautelar fiscal: o tempo da cobrança tributária	205
9.3.1.4. Decretabilidade <i>ex officio</i> da prescrição em nível de execução fiscal	210
9.3.1.5. Prescrição intercorrente em execução fiscal	212
9.3.2. Processo judicial antiexacional	216
9.3.2.1. Processos preventivos	217
9.3.2.1.1. “Ação” declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária	217
9.3.2.1.1.1. Concepção usual	217
9.3.2.1.1.2. Reconstruindo o conceito de “ação” declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária	217
9.3.2.1.1.3. “Ação” declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária (via preventiva geral) e mandado de segurança preventivo (via preventiva especial)	219
9.3.2.1.1.4. Eficácia do provimento declaratório negativo em matéria tributária	220
9.3.2.1.1.5. O provimento declaratório negativo e a suspensão da exigibilidade da obrigação tributária	222
9.3.2.1.1.6. O particular caso do depósito do montante integral do crédito tributário	223
9.3.2.1.1.7. O problema da sentença de procedência não passada em julgado	227

9.3.2.1.2. Mandado de segurança preventivo em matéria tributária	229
9.3.2.1.2.1. Mandado de segurança preventivo: via declaratória especial	229
9.3.2.1.2.2. Condições da ação de mandado de segurança	230
9.3.2.1.2.3. Mérito do mandado de segurança preventivo em matéria tributária	235
9.3.2.1.2.4. A medida liminar no mandado de segurança preventivo	237
9.3.2.2. Processos repressivos	240
9.3.2.2.1. “Ação” anulatória de débito fiscal	240
9.3.2.2.1.1. Definição	240
9.3.2.2.1.2. “Ação” anulatória e “autolancamento”	242
9.3.2.2.1.3. “Ação” anulatória e suspensão da exigibilidade da obrigação tributária	246
9.3.2.2.2. Mandado de segurança repressivo em matéria tributária	247
9.3.2.2.2.1. Mandado de segurança repressivo: via anulatória especial	247
9.3.2.2.2.2. Mérito do mandado de segurança repressivo em matéria tributária	248
9.3.2.2.2.3. A medida liminar no mandado de segurança repressivo	249
9.3.2.3. Outros processos	251
9.3.2.3.1. Considerações iniciais	251
9.3.2.3.2. “Ação” de repetição do indébito tributário	253
9.3.2.3.2.1. Pagamento indevido: “fato gerador” da relação de débito do fisco	253
9.3.2.3.2.2. Constituição da relação de débito do fisco e repetição do indébito	255
9.3.2.3.2.3. Extinção da relação de débito do fisco e repetição do indébito	257

9.3.2.3.2.4. Efeitos da sentença/decisão da repetição do indébito no ciclo de positivação do tributário	258
9.3.2.3.3. Embargos à execução fiscal em matéria tributária	260
9.3.2.3.3.1. Premissas a respeito do processo de execução fiscal	260
9.3.2.3.3.2. Contraditório e ampla defesa no processo de execução fiscal	261
9.3.2.3.3.2.1. Contraditório sim, ampla defesa não	261
9.3.2.3.3.2.2. Os embargos como processo autônomo: o direito de ação usado como agente neutralizador da inexistência, em sede de execução, da idéia ampla defesa	263
9.3.2.3.3.3. Efeitos da sentença que julga os embargos à execução fiscal no ciclo de positivação do tributário	265
9.3.2.3.3.4. A via excepcional da “exceção de pré-executividade”	267
9.3.2.3.4. Consignação em pagamento de tributo	270
9.3.2.3.4.1. A consignação em pagamento como processo que confirma a regra (lógica) “quem deve (está obrigado), pode (está permitido)”	270
9.3.2.3.4.2. Consignação em pagamento em matéria tributária: a particular situação da consignação fundada em dúvida quanto à titularidade do crédito tributário	272
9.3.2.3.4.3. O depósito na consignação em pagamento como forma de suspensão da exigibilidade da obrigação tributária	274
9.3.2.3.4.4. Eficácia da sentença que julga a “ação” de consignação em pagamento de tributo	275
Conclusões	277
Bibliografia	313